



EDUCAÇÃO E FAVELA

VICTOR
VINCENT
VALLA
(Org.)



VOZES

APRESENTAÇÃO

A produção deste texto de perspectiva histórica tem também uma história. Quando fui convidado em 1977 para a função de professor/pesquisador no Mestrado em Educação do Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV), comecei a me dedicar à investigação de educação não-formal e extra-escolar no Brasil, dentro de uma perspectiva histórica. Na medida em que os estudos avançavam, ficou mais claro para mim que eu não estava lidando com a população brasileira como um todo, mas com aquele segmento que hoje se conhece como “camadas populares”, e com as formas de educação que se desenvolvem para, ou com, essas camadas. Os anos de 1977-1978 presenciaram o ressurgimento do movimento favelado no Rio de Janeiro, do qual participei, quer no papel de professor de supletivo numa favela em Santa Teresa, quer como colaborador na reconstrução da antiga FAFEG (Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara), agora conhecida pela sigla de FAFERJ. Foi nessa época que fui despertado pelo debate dos moradores sobre a “urbanização” e/ou “posse da terra” *versus* “remoção”, como possíveis soluções para as favelas e para o fato de que esse debate já tinha se travado em épocas anteriores. Já sabendo das muitas instituições oficiais ou religiosas que têm levado essa discussão aos moradores das favelas do Rio de Janeiro desde o início do século, e já sabendo das aproximadamente 120 instituições que desenvolvem trabalhos educativos nas favelas do Rio atualmente, me parecia um campo fértil de investigação.

As favelas do Rio de Janeiro têm sido um assunto preocupante para os setores abastados da população carioca, que as encaram quer como fonte de doenças contagiosas, quer como terreno para a socialização de propostas políticas denominadas “exóticas”, quer como abrigo para uma população supostamente “ociosa” e, portanto, “perigosa”. Também nesse período (1977-1978) se dizia que a população favelada já se aproximava dos 1.500.000 habitantes, somente na cidade do Rio de Janeiro.

Foram todos esses fatores, mais a expectativa de que um estudo de perspectiva histórica revelasse algo novo sobre essa velha questão que contribuíram para a concretização da proposta da pesquisa *Ideologia, educação e as favelas do Rio de Janeiro*. Com o financiamento da FINEP (Financiadora de Projetos) foi possível convidar quatro mestrandos do IESAE a participar da mesma, todos com experiências variadas em favelas cariocas. Compôs-se, assim, a equipe central responsável pela produção desse estudo: Jorge Ricardo Gonçalves, Jorge Vicente Muñoz, Paulo Roberto de Araújo Abrantes e Rute Maria Monteiro Machado Rios, cabendo-me a coordenação da pesquisa. Digo “equipe central” porque nos anos 1979-1980, o período em que este estudo foi produzido, diversos professores e outros mestrandos tiveram no mesmo projeto participações temporárias, freqüentemente com contribuições importantes.

Procuramos construir uma equipe e fazê-la produzir, buscando relativizar ao máximo o conceito tradicional de pesquisa, no qual o professor/pesquisador elabora o arcabouço teórico e desenvolve o objeto de investigação, distribuindo posteriormente tarefas a serem executadas pelo restante da equipe. Digo “procuramos”, pois, freqüentemente, as instituições acadêmicas têm uma “baixa tolerância” para tais experiências. Infelizmente, o financiamento permitiu que a equipe permanecesse formada por apenas uns 18 meses. Nesse tempo, a equipe atendeu a muitos convites para falar sobre a pesquisa, e nessas ocasiões havia a sugestão de publicá-la. Hoje, mesmo com os membros da “equipe central” dispersos em diversas atividades (embora todos ainda relacionados no seu trabalho com a educação popular), continuam as sugestões de publicação. O fato de que o estudo tem sido citado com certa freqüência em livros, revistas, teses de mestrado e relatórios de pesquisa serviu também como reforço para a decisão de publicá-lo.

Discutimos várias vezes esta possibilidade, mas sempre havia um certo receio de que o estudo não estava ainda pronto para o público. O texto necessitava de uma revisão, havia necessidade de debater alguns conceitos teóricos; precisávamos atualizar o último capítulo etc. Dois fatores tiveram peso na decisão de publicar: o encorajamento e insistência do professor José Luiz Werneck da Silva e a minha concordância com algumas idéias do livro de José Álvaro Moisés, *Greve de massa e crise política* (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-1954). São Paulo, Polis, 1978.

Certa vez, quando discutíamos os resultados da pesquisa, Werneck comentou: "Você quer debater a pesquisa para depois publicá-la. Por que não publicá-la para depois debatê-la?" Na realidade, a pergunta de Werneck continha uma crítica sutil: freqüentemente não se publica no Brasil por medo das críticas, mas, ao mesmo tempo, o medo das críticas asfixia o debate.

Com relação à contribuição do livro de Moisés, gostaria de citar alguns trechos da sua apresentação:

"... todos aqueles que, de alguma maneira, tenham podido se dedicar a estudos sobre (...) (as) classes populares, se sintam estimulados a dar ao público os seus resultados, mesmo que (...) incompletos, como é o caso deste, pois estes resultados são, freqüentemente, pontos de partida úteis para uma reavaliação de épocas históricas que a nossa tradição elitista e autoritária deu como marcadas pela ausência das classes populares e, de forma especial, a classe trabalhadora, na cena política.

Nas sociedades capitalistas, a recuperação das tradições de lutas sociais e políticas das classes subalternas é, como se sabe, uma condição para que elas possam se libertar do seu passado e, utilizando-se da arma crítica da reflexão, dimensionar o presente e projetar o futuro. É isto que transparece, por exemplo, no interesse cada vez maior manifesto por novas lideranças populares que, de forma cada vez mais crescente, procuram conhecer tudo o que podem sobre qualquer aspecto de sua própria existência passada e presente: histórias, análise ou simples descrições que sirvam, quando menos, para jo-

Discutimos várias vezes esta possibilidade, mas sempre havia um certo receio de que o estudo não estava ainda pronto para o público. O texto necessitava de uma revisão, havia necessidade de debater alguns conceitos teóricos; precisávamos atualizar o último capítulo etc. Dois fatores tiveram peso na decisão de publicar: o encorajamento e insistência do professor José Luiz Werneck da Silva e a minha concordância com algumas idéias do livro de José Álvaro Moisés, *Greve de massa e crise política* (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953-1954). São Paulo, Polis, 1978.

Certa vez, quando discutíamos os resultados da pesquisa, Werneck comentou: "Você quer debater a pesquisa para depois publicá-la. Por que não publicá-la para depois debatê-la?" Na realidade, a pergunta de Werneck continha uma crítica sutil: freqüentemente não se publica no Brasil por medo das críticas, mas, ao mesmo tempo, o medo das críticas asfixia o debate.

Com relação à contribuição do livro de Moisés, gostaria de citar alguns trechos da sua apresentação:

"... todos aqueles que, de alguma maneira, tenham podido se dedicar a estudos sobre (...) (as) classes populares, se sintam estimulados a dar ao público os seus resultados, mesmo que (...) incompletos, como é o caso deste, pois estes resultados são, freqüentemente, pontos de partida úteis para uma reavaliação de épocas históricas que a nossa tradição elitista e autoritária deu como marcadas pela ausência das classes populares e, de forma especial, a classe trabalhadora, na cena política.

Nas sociedades capitalistas, a recuperação das tradições de lutas sociais e políticas das classes subalternas é, como se sabe, uma condição para que elas possam se libertar do seu passado e, utilizando-se da arma crítica da reflexão, dimensionar o presente e projetar o futuro. É isto que transparece, por exemplo, no interesse cada vez maior manifesto por novas lideranças populares que, de forma cada vez mais crescente, procuram conhecer tudo o que podem sobre qualquer aspecto de sua própria existência passada e presente: histórias, análise ou simples descrições que sirvam, quando menos, para jo-

gar luz sobre os problemas enfrentados pelas classes populares para emergir na arena política como atores com uma identidade própria” (p. 18).

A iniciativa e a decisão final de publicar o trabalho foram minhas. Mesmo assim, me parece importante chamar a atenção para os capítulos III, IV, V e VI. Embora todos esses capítulos fossem discutidos entre os membros da “equipe central”, os capítulos III e IV foram elaborados por Rute Maria Monteiro Machado Rios, enquanto o capítulo VI o foi por Paulo Roberto de Araújo Abrantes. Conteí com a colaboração de Jorge Ricardo Gonçalves; este e Jorge Vicente Muñoz exerceram o papel de revisores críticos dos textos, discutindo, criticando e sugerindo mudanças sistematicamente.

Finalmente, há três agradecimentos que merecem um destaque especial: ao professor José Luiz Werneck da Silva, por seu interesse em ler criticamente e debater comigo o texto final e por seu encorajamento de publicá-lo; à Lygia Segala, por sua criteriosa leitura e crítica do texto final; e à FINEP por ter possibilitado a formação da equipe e a produção do texto.

Victor Vincent Valla